



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Davidson Magalhães – PCdoB/BA**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2017.**

**(Do Sr. Deputado Davidson Magalhães)**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia sobre o Acordo Geral de Colaboração (“Master Agreement”) com a TOTAL.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno, que sejam solicitadas, ao Sr. Ministro de Minas e Energia, informações sobre o denominado Acordo Geral de Colaboração (“Master Agreement”) com a empresa francesa TOTAL, anunciado pela PETROBRAS, em Fato Relevante, conforme abaixo:

1 – Considerando que o acordo prevê o pagamento, pela TOTAL à PETROBRAS, de valor global estimado em US\$ 2,2 bilhões, informar quais os valores parciais correspondentes:

- 1.1 – ao compartilhamento, com a TOTAL, da utilização do Terminal de Regaseificação de Gás Natural, de São Francisco do Conde, cuja capacidade é de 14 milhões de metros cúbicos por dia;
- 1.2 – à cessão de direitos de 22,5% no Bloco BM-S-11, área de concessão de IARA, Campos de Sururu, Berbicão e Oeste de Atapu, permanecendo a PETROBRAS como operadora;
- 1.3 – à cessão de direitos de 35,00% no Bloco BM-S-9, Campo de LAPA, com a transferência da condição de operadora para a TOTAL, permanecendo a PETROBRAS com apenas 10% da concessão;
- 1.4 – à participação de 50% da TOTAL nas Usinas Térmicas de Rômulo de Almeida e Celso Furtado;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Davidson Magalhães – PCdoB/BA**

2 – As usinas térmicas Rômulo de Almeida e Celso Furtado foram construídas pela PETROBRAS? Ou adquiridas de outra(s) empresa(s)? Qual(is) a(s) empresa(s) vendedora(s)? Qual o valor pago ou investido pela PETROBRAS nestas usinas?

3 – Qual o valor do investimento feito pela PETROBRAS na construção do Terminal de São Francisco do Conde?

4 – Qual o investimento feito pela PETROBRAS no Bloco BM-S-9, concessão de LAPA, desde a oferta feita na licitação para obtenção da concessão, incluindo custos de exploração, delimitação na jazida, desenvolvimento da produção, construção de FPSO(s), interligações e todos os demais até o momento?

5 – Qual o investimento feito pela PETROBRAS no Bloco BM-S-11, concessão de IARA, desde a oferta feita na licitação para obtenção da concessão, incluindo custos de exploração, descoberta, delimitação, desenvolvimento até o momento?

6 – Além da PETROBRAS quais os demais parceiros no Bloco BM-S-9, concessão de LAPA?

7 – Além da PETROBRAS quais os demais parceiros no Bloco BM-S-11, concessão de IARA?

8 – Os parceiros no Bloco BM-S-9 foram consultados sobre a intenção da PETROBRAS em ceder 35% para a TOTAL? Como se manifestaram? Desejam exercer direito de preferência, ou não há, neste caso, o direito de preferência?

9 – Os parceiros no Bloco BM-S-11 foram consultados sobre a intenção da PETROBRAS em ceder 35% para a TOTAL? Como se manifestaram? Desejam exercer direito de preferência, ou não há, neste caso, o direito de preferência?

10 – Qual o processo utilizado pela PETROBRAS para a escolha da TOTAL como empresa nestas parcerias? Foi feito leilão? Carta convite? Foi oferecida esta parceria a outras empresas? Quais?

11 – As usinas térmicas Rômulo de Almeida e Celso Furtado são unidades operacionais da PETROBRAS, no segmento Gás e Energia ou são empresas independentes controladas direta ou indiretamente pela PETROBRAS ou por alguma de suas subsidiárias? Qual a subsidiária?

12 – Considerando que o Bloco BM-S-9, Campo de LAPA, através do poço 7-LPA-1D, iniciou a sua produção em 19.12.2016, como a PETROBRAS justifica a venda da quase totalidade de sua participação neste bloco e a renúncia à condição de operadora?



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Davidson Magalhães – PCdoB/BA**

13 – Qual a produção atual do poço 7-LPA-1D? Em barris de óleo e em barris de óleo equivalente por dia? Qual a produção acumulada desde o início da operação em 19.12.2016?

14 – Segundo informações disponíveis o FPSO colocado no Campo de LAPA foi dimensionado para a produção de 100 mil barris de óleo e 5 milhões de metros cúbicos de gás, por dia. Caso a produção atinja estes níveis, considerando-se o preço do barril como sendo de US\$ 50,00 e a redução da participação da PETROBRÁS neste campo de 45% para 10%, é possível estimar a perda de receita anual com esta operação com a TOTAL?

15 – Além das usinas termoeletricas Rômulo de Almeida e Celso Furtado, há outros consumidores de gás natural abastecidos pelo sistema terminal de São Francisco do Conde / Rede de Dutos?

16 – Qual a extensão, diâmetro e vazão, em metros cúbicos por dia dos gasodutos que ligam o terminal de regaseificação às duas usinas térmicas?

17 – Qual foi o investimento realizado neste(s) gasoduto(s)?

18 – Este(s) gasoduto(s) integram a malha da NTS?

19 – Considerando que o compartilhamento na utilização do terminal e dos dutos permitirá à TOTAL trazer eventuais disponibilidades de gás natural do exterior, foram ou serão adotadas nas negociações salvaguardas para evitar concorrência com o gás natural nacional, especialmente quando se considera que a produção brasileira vai aumentar muito com a exploração do pré-sal?

20 – Qual a capacidade de geração e o consumo de gás natural da Usina Térmica Rômulo de Almeida?

21 – Qual a capacidade de geração e o consumo de gás natural da Usina Celso Furtado?

22 – Além deste Acordo Geral de Colaboração quais os outros negócios / parcerias que a PETROBRÁS tem com a TOTAL, no Brasil e no Exterior?

23 – Segundo informação da própria PETROBRÁS, a Companhia participa de 19 consórcios com a TOTAL, na área de E&P. Informar quais são estes consórcios, demais parceiras e áreas, blocos, onde atuam e estágio em que se encontram os trabalhos.

24 – Em que medida a PETROBRÁS considera vantajoso trocar, por 35% de sua participação no Bloco BM-S-9, cuja produção já foi iniciada em 19.12.2016, a opção de compra de 20% no Bloco 2 da área de Perdido Fold Belt no Golfo do México, onde a TOTAL atua com a Exxon Mobil e a exploração está no início?



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
***Gabinete do Deputado Davidson Magalhães – PCdoB/BA***

25 – Há alguma relação entre o Acordo com a TOTAL, para o compartilhamento de uso do terminal de São Francisco do Conde, e o cancelamento, antecipado, do afretamento do navio GOLAR SPIRIT da GOLAR LGN? Qual?

### **JUSTIFICAÇÃO**

Sendo a PETRÓLEO BRASILEIRO SA – PETROBRAS uma sociedade de economia mista e integrante da Administração Pública Indireta, deve a companhia obediência aos princípios constitucionais insculpidos no artigo 37 da Lei Magna, dentre eles os da legalidade, eficiência, publicidade, impessoalidade e moralidade.

A função social das empresas estatais está associada a imperativos de segurança nacional e a relevante interesse coletivo, como reza o Artigo 173 da nossa Constituição. Assim, a PETROBRAS deve respeitar o interesse nacional na sua atuação como empresa de energia, voltada para o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

O Acordo Geral de Colaboração entre a PETROBRAS e a TOTAL é uma operação que envolve recursos da ordem de bilhões de dólares. Há aspectos estratégicos, vinculados ao abastecimento nacional de gás natural e de energia elétrica. O negócio prevê venda, permuta e cessão de instalações e patrimônio público da maior empresa do país, tornando recomendável sua avaliação pelo Congresso Nacional, órgão que tem a atribuição constitucional de fiscalizar os negócios realizados na Administração Pública, direta e indireta, na qual está inserida a PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS.

Os comunicados oficiais da PETROBRAS são sucintos, muitas vezes incompletos, não revelando informações fundamentais, necessárias para que se possa avaliar, adequadamente, o negócio, considerados os aspectos operacionais, econômicos, financeiros e, sobretudo, estratégicos da operação.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
***Gabinete do Deputado Davidson Magalhães – PCdoB/BA***

O acompanhamento do Congresso Nacional sobre as atividades da nossa maior empresa estatal é imprescindível para a preservação do patrimônio público e da segurança energética do País.

Portanto, é necessário que esse Plenário possa discutir e analisar a presente demanda, para que o país possa voltar a se desenvolver de forma efetiva.

Neste sentido, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento de informações.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2017.

**Davidson Magalhães**  
Deputado Federal/ PCdoB Bahia